

Uma geometria de linhas claras: técnica e ciência como ideologia no pensamento político de Colombo Salles (1971-1975)

A geometry of clear lines: technology and science as ideology in the political thought of Colombo Salles (1971-1975)

Ricardo Duwe¹

Resumo: Com o fito de promover um estudo a respeito do pensamento político de Colombo Machado Salles durante a sua gestão enquanto governador do Estado de Santa Catarina, este artigo busca compreendê-lo enquanto um defensor e propagador da técnica e da ciência enquanto uma ideologia, bem como analisar a maneira como suas ideias e projetos foram recepcionados por parte da elite política catarinense.

Palavras-chave: Técnica; Ciência; Ideologia; Colombo Salles; Arena

Abstract: With the aim of promoting a study on the political thought of Colombo Machado Salles during his term as governor of Santa Catarina, this article seeks to understand him as an defender and a propagator of technology and science as an ideology, as well as analyze how their ideas and projects were welcomed by the Santa Catarina political elite .

Keywords: Technology, Science; Ideology; Colombo Salles; Arena

¹ Bolsista CAPES-DS e Mestrando do Curso de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: ricardoduwe@hotmail.com

No ano de 1970, o então engenheiro de portos e canais Colombo Machado Salles foi indicado para o cargo de governador do Estado de Santa Catarina pelo Executivo Federal chefiado pelo presidente-militar Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Antes mesmo de tomar posse, em um comício realizado na cidade de Lages, e em um dos seus primeiros discursos voltados para a população catarinense após a sua indicação, Salles apresentou-se da seguinte maneira:

Foi, infelizmente, aceito por muito tempo que a palavra inflamada e desprendida estivesse na proporção inversa da prática administrativa. Já não é assim! Não vos trago um verbo fácil e acalorado, mas uma conjugação correta e apropriada de esforços, numa equação justa de finalidades, de meios e de ações. (...) Não venho de reuniões escondidas na noite, nem de promessas embaçadas. Venho de uma geometria de linhas claras, de finalidades sólidas e de ângulos retos”.²

Ao analisarmos este enfático pronunciamento de Salles, temos uma distinção fundamental criada pelo próprio emissor do discurso a respeito de dois modelos possíveis de administração para Santa Catarina. O primeiro é apresentado de forma negativa, sendo este *já aceito por muito tempo*, pautado pelo *verbo fácil e acalorado*, por *reuniões escondidas na noite* e pelas *promessas embaçadas*; em outros termos, uma representação caricatural das gestões realizadas por **políticos** oriunda da percepção depreciativa de Salles a respeito destes e de suas práticas. De forma concomitante, Salles também nos apresenta uma alternativa a este primeiro modelo, sendo esta exposta de forma positiva e por ter como sua base *equações justas e uma geometria de linhas claras, de finalidades sólidas e de ângulos retos* pode ser compreendida como uma *antítese* do primeiro; esta seria a imagem idealizada de uma gestão promovida pelos **técnicos** e pautada rigorosamente pela ciência e pela técnica.

Assim, o que evidenciamos neste discurso de Colombo Salles, e em tantos outros de sua gestão, é esta operação ideológica de contraposição entre uma gestão da máquina pública pautada por *soluções políticas* e outra por *soluções técnicas*, sendo que a primeira é compreendida enquanto sinônimo de *atraso, clientelismo e ineficácia*, e a segunda é apresentada sob a justificativa de ser *moderna, isenta e eficiente*. Destas reflexões, extraímos

² SALLES, Colombo Machado. Discurso em Lages, ao iniciar sua visitação às sedes das micro-regiões como candidato ao Governo – agosto/1970 In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n.], vol.1, [197-], p.8.

dois questionamentos basilares para as discussões a serem desenvolvidas ao longo deste artigo: esta operação ideológica pode ser relacionada com qual processo histórico? Para além da análise dos aspectos internos dos discursos de Salles durante a sua gestão como governador, de que forma estes discursos foram recebidos pela elite política catarinense?

Este artigo possui o fito de analisar o pensamento político de Colombo Machado Salles durante a sua gestão enquanto governador do Estado de Santa Catarina no quadriênio de 1971-1975, bem como alguns desdobramentos, dinâmicas e tensões geradas por seus posicionamentos e ações. Para tal, experimentaremos compreendê-lo enquanto um propagador e defensor do pensamento *tecnocrático*. Consideramos útil partir desta premissa enquanto hipótese a ser desenvolvida não somente por compreendermos que ela demonstrou-se a mais profícua para categorizar o pensamento político de Salles - tendo em vista a análise dos seus discursos e projetos de governo - mas também para escrutarmos de forma mais precisa aquilo que é proposto pelo próprio governador enquanto incompatível e contrastante ao seu modo de gerir a máquina pública: uma administração que seja pautada por *preferências pessoais*, pela *contingência de demandas* e não pela *'neutralidade'* e planejamento, somente passíveis mediante a racionalidade proveniente da ciência e da técnica.

Portanto, para os fins deste artigo consideramos pertinente o uso do conceito de ideologia na percepção de Terry Eagleton, para sob tal aporte teórico operacionalizarmos os nossos pressupostos mediante a análise das fontes. Afastando-se da concepção de ideologia enquanto *falsa consciência* ou uma mera *visão de mundo* compartilhada por um determinado grupo, Eagleton propõe que “o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder”.³ Doravante, para nós, o termo ideologia não indicará necessariamente, e não somente, um sistema de crenças coesas, ou uma visão de mundo comungada por um grupo, mas a capacidade e o poder desta em formar consciências e influenciar as direções destas para legitimar uma relação de dominação. O uso do conceito nesta acepção nos possibilita de antemão: 1) desconstruir a falaciosa retórica de *'neutralidade'* no pensamento político de Salles, sob a qual este busca legitimar decisões de seu governo como *não-políticas*; 2) compreender que, se a este sistema de crenças está implícito questões de disputa pelo poder, devemos compreender no caso catarinense quais disputas são estas e quais agentes históricos estão envolvidas na mesma.

³ EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Ed. UNESP/Ed. Boitempo, 1997. p.18.

O nosso *corpus documental* é constituído por dois grupos de fontes que serão discutidas em momentos distintos. Para debatermos a influência da ideologia *tecnocrática* no pensamento político de Colombo Salles durante o seu governo, utilizaremos alguns dos seus discursos que foram compilados nos dois volumes da obra *Geometria de Linhas Claras*⁴, bem como trechos do seu plano de governo intitulado *Projeto Catarinense de Desenvolvimento*. Para a problematização destas fontes em específico, utilizaremos o interrogatório proposto por Ângela de Castro Gomes, que consiste nos seguintes questionamentos: quem escreve/lê estes documentos? Em que condições e locais eles foram escritos? Qual ou quais os seus objetivos? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?⁵

O segundo grupo de fontes desta pesquisa será utilizado para discutir a recepção das elites catarinenses que integravam a ARENA em relação as políticas do governo Colombo Salles. Para tal, utilizaremos uma carta escrita por Jorge Konder-Bornhausen no ano de 1973 ao Diretório Nacional da ARENA – e que será debatida levando em conta o interrogatório proposto acima por Ângela de Castro Gomes – e algumas notícias e reportagens dos periódicos *Revista Veja*, *O Estado* e *Jornal de Santa Catarina*. Desta forma, vamos ao encontro de Maria Helena Rolim Capelato e Ligia Prado quando estas compreendem a imprensa como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”⁶, pois tais periódicos defenderam e propagaram seus posicionamentos políticos em relação ao governo Colombo Salles e as elites catarinenses. Assim, para a análise destes periódicos enquanto fonte histórica, seguiremos os passos de análise documental proposta por Tânia Regina de Luca de localizar as publicações na história da imprensa; atentar para as características materiais do periódico; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os

⁴ Esta obra consiste em uma compilação de dois volumes que juntos constam um total de 76 textos e que foi realizada pelo Estado de Santa Catarina. Nelas podemos encontrar discursos, mensagens e até mesmo aulas-magnas proferidas pelo governador Colombo Machado Salles. Estes textos datam de um período correspondente a sua campanha eleitoral em 1970 até a sua despedida do cargo em março de 1975.

⁵ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.21

⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O estado de São Paulo. São Paulo: Alpha-Omega, 1980. p. 19.

principais colaboradores; identificar o público a que se destina a publicação e identificar as fontes de receita.⁷

As análises doravante serão divididas em três momentos, sendo o primeiro reservado para um breve debate conceitual a respeito do conceito de *tecnocracia* e o seu uso enquanto uma ideologia. Feito isso, avançaremos para um estudo mais pormenorizado do pensamento político de Salles e suas propostas durante a sua gestão enquanto governador, atribuindo especial ênfase em seus substratos ideológicos. Já a terceira parte deste artigo, atribuirá destaque as resistências que tais diretrizes encontraram nas lideranças locais da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), especialmente por parte das famílias Ramos e Konder-Bornhausen. Sobretudo, este trabalho consiste em um estudo de caso com o fito de ampliar o debate a respeito da presença de tecnólogos que foram alocados nos mais diversos cargos e instituições do Estado brasileiro durante o período ditatorial, inclusive sendo impostos enquanto lideranças regionais da ARENA, como foi o caso de Colombo Machado Salles em Santa Catarina. Assim, não se trata somente de constatar a complexidade do fenômeno que estamos analisando, mas de mediante o nosso conjunto de fontes propor um olhar diferenciado para o problema em busca de novas considerações e novos questionamentos.

Tecnocracia: um breve debate conceitual

Antes de iniciarmos o desenvolvimento de nossa hipótese referente a categorização do pensamento político de Colombo Salles enquanto um ideólogo da *tecnocracia*, acreditamos ser previamente necessário responder duas perguntas fundamentais: afinal, o que compreendemos por *tecnocracia*? E como esta pode ser compreendida enquanto um fenômeno ideológico? Ao evocarmos estes questionamentos acabamos por adentrar em um longo debate travado por diversos autores que buscaram e/ou buscam compreender o fenômeno da ampliação da intervenção dos ditos *tecnólogos* nas decisões da esfera pública e/ou privada das sociedades ocidentais pós-revolução industrial por distintas formas e categorias. Atemo-nos por um momento a uma breve discussão a respeito de tais contribuições.

Embora difícil precisar as primeiras reflexões que debruçaram-se a analisar o fenômeno em questão – autores como Domenico Fisichella chegam a remontar a sofocracia de Platão e a Nova Atlântida de Francis

⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.111-153.

Bacon⁸ - certamente uma das mais influentes contribuições foi a de Augusto Comte. De acordo com Raymond Aron, nas teorias desenvolvidas pelo jovem Augusto Comte nas décadas de 1820, podemos perceber a leitura positiva que o filósofo nutria pelo desenvolvimento industrial que ele próprio experimentava e observava no século XIX. Neste período, Comte interpretou que o modo de pensar da sociedade que surgia com a Revolução Industrial seria *científico* e o das sociedades que não se industrializassem seria *teológico*. Neste novo contexto, caberia aos cientistas substituírem o papel dos sacerdotes e teólogos como aqueles que viriam a prover a base intelectual e moral da ordem social. Assim, podemos destacar que já no pensamento do filósofo positivista há aproximações entre a concepção de que os cientistas e os industriais indicariam os caminhos da sociedade pós-revolução industrial e que esta nova configuração seria compreendida por tal doutrina filosófica como sinônimo de modernidade.⁹

Consideramos a definição mais apropriada para o conceito de *tecnocracia* o proposto por Guilherme Estevam Martins na sua obra *Tecnocracia e Capitalismo*. Um dos diferenciais desta obra consiste no esforço de se distinguir *tecnocracia* de outros conceitos, fenômenos sociais ou mesmo problematizar usos indevidos do mesmo. Martins reconhece a dificuldade de se encontrar o conceito apropriado para melhor definir estes indivíduos imbuídos de saberes científicos especializados, valendo-se do termo *tecnólogo* para tal e *contingente técnico-científico* para o conjunto destes em uma determinada estrutura social. Tendo realizado estes apontamentos, o autor busca distinguir o *tecnólogo* do *tecnocrata* e refutar a ideia de que a existência de um contingente *técnico-científico* numa dada sociedade seja suficiente para concebê-la enquanto uma *tecnocracia*. Em seus próprios termos, Martins sugere que:

Por certo não pode haver tecnocracia onde não existe, previamente constituído, um contingente técnico-científico relativamente ponderável. O importante, entretanto, é que não há qualquer motivo para que a afirmação recíproca seja igualmente verdadeira: os tecnólogos, enquanto tais, não constituem uma tecnocracia. Os tecnólogos fazem parte do conjunto dos recursos humanos disponíveis numa determinada

⁸ FISICHELLA, Domenico. Tecnocracia In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política vol.1**. Brasília, Ed. UNB, 1998. p.1233-1237.

⁹ ARON, Raymond. Augusto Comte In: **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.65-124.

sociedade. Na medida em que esse tipo específico de mão-de-obra é recrutado, coordenado e posto a funcionar a serviço de organizações públicas e privadas, conviria dizer, para assinalar esse fato, que tais organizações se apoiam em staffs técnico-científicos e que a sociedade como um todo depende, para o seu funcionamento, da arregimentação do contingente técnico-científico com que é capaz de contar. Quando nos referimos, por outro lado, a tecnocratas e tecnocracias, temos em mente um fenômeno de outra ordem. Nesse caso, não estamos pura e simplesmente mencionando a presença de um contingente técnico-científico num determinado contexto social; na verdade, estamos sugerindo, no mínimo, que os tecnólogos e que o contingente técnico-científico assumiu, ou está em vias de assumir, as funções de uma elite de poder.¹⁰

Partindo das definições de Martins, para os fins deste artigo compreenderemos Colombo Salles enquanto um *tecnólogo* por acreditarmos não ser possível afirmar que durante o período de sua gestão *tecnólogos* ou um *contingente técnico-científico* assumiu, ou esteve prestes a assumir, funções de uma elite de poder, sendo estas condições fundamentais para a existência de *tecnocratas* ou uma *tecnocracia*. Chegamos assim a um ponto fundamental para a nossa argumentação: a de afirmar que a não existência de uma *tecnocracia* consolidada na estrutura social brasileira ou catarinense não implica na inexistência de uma *ideologia tecnocrática*. Visão de mundo esta que, em linhas gerais, compreende que a sociedade estaria melhor organizada com uma elite formada por técnicos provendo as diretrizes para a mesma.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, há uma *tradição* na política brasileira que data a partir da década de 1920 que nutre uma “descrença da probidade moral dos homens que fazem política e também da eficiência das práticas institucionalizadas que regem a esfera pública”, bem como em contra-partida concebe na figura do *técnico* a solução para tais males.¹¹ Estas percepções eram partilhadas por portadores de uma formação específica de alto nível, supostamente *isolados* da política e *embebidos de*

¹⁰ MARTINS, Guilherme Estevam. **Tecnocracia e capitalismo**: a política dos técnicos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974. p.17-18.

¹¹ GOMES, Ângela de Castro. Novas elites burocráticas In: DIAS, Jose Luciano de Mattos; MOTTA, Marly Silva da.; GOMES, Ângela de Castro. **Engenheiros e economistas : novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994. p.1.

neutralidade nas suas decisões. Estes *tecnólogos* viriam a formar uma nova elite burocrática que, em contrapartida aos bacharéis do Império e da Primeira República, estruturariam “um novo modelo de governo (mais autoritário), de governantes (mais especializados) e de relações entre governantes e governador (mais diretas e *verdadeiras*)”.¹²

A autora também salienta que a *invenção* desta *tradição* está inserida em um movimento histórico de uma tendência mundial que vinha se desenvolvendo desde os fins da I Guerra Mundial e que ganhou ainda mais força após a depressão de 1929, cujas características marcantes seriam: a formação de centros de reflexão reunindo *técnicos*, a criação de escolas e instituições que discutiam a *organização científica do trabalho* e a publicação de livros e revistas postulando o novo papel *planejador* do Estado. Gomes ainda conclui apontando que esta nova percepção da organização social deixava claro que a “emergência de um novo papel do Estado em assuntos econômicos e sociais e, vinculada a isso, a atuação de um novo tipo de *funcionário público*, designado como *técnico*”.¹³ Ao irmos ao encontro destes apontamentos, reforçamos assim a nossa concepção de que, embora tal elite burocrática jamais tenha conseguido implementar de forma plena este modelo de governo, isto não impediu que setores expressivos da sociedade brasileira criassem modelos idealizados, ou mesmo projetos políticos concretos, que sugerissem que a implementação de uma *tecnocracia* seria o melhor caminho a ser adotado para o governo do país.

Após termos realizado estas importantes indagações e problematizações para melhor precisarmos nossos pressupostos teóricos, retornamos ao conceito de ideologia em Terry Eagleton para reforçarmos que tanto o nosso uso do conceito de *tecnocracia* compreendido enquanto *ideologia*, como o uso deste para definir o pensamento político de Colombo Salles são apropriados e coerentes. Para Eagleton, o processo de legitimação do poder pela via ideológica pode fazer uso de estratégias complexas e interacionais entre si e deve atender alguns critérios básicos, tais como: legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizar* e *universalizar* crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrir* ideias que possam desafiá-lo; *excluir* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática e *obscurecer* a realidade social de modo a favorecê-lo.¹⁴ Tendo realizado este breve debate conceitual a respeito do termo e

¹² Idem, *Ibidem*. p.4.

¹³ Idem, *Ibidem*. p.2-3.

¹⁴ EAGLETON, *op.cit.*, 1997, p.19.

compreendendo que o conceito de *tecnocracia* supre os critérios de Eagleton para ser trabalhado enquanto uma ideologia, seguimos nossas reflexões para melhor compreendermos o nosso objeto de estudo em si: o pensamento político de Colombo Salles.

Colombo Salles: técnica e ciência enquanto ideologia

Ao analisarmos os discursos e projetos políticos de Colombo Salles, podemos encontrar interessantes usos da retórica *tecnocrática* com o fito de legitimar a sua gestão como capaz de solucionar o que este percebia enquanto históricos problemas administrativos de Santa Catarina. Todavia, quais problemas seriam estes? Como seriam solucionados? Mediante a problematização e crítica das fontes, almejamos explorar e discutir de forma mais pormenorizada o pensamento político de Colombo Salles a partir da pesquisa historiográfica. Assim, as reflexões a seguir não buscam meramente comprovar os aportes teóricos discutidos previamente, mas compreender que os usos realizados por Salles destas estratégias da *ideologia tecnocrática* em um espaço temporal (o período ditatorial) e geográfico (Santa Catarina) específicos desencadearam reações muito particulares, não necessariamente óbvias e que merecem ser discutidas levando em conta todas estas variáveis conjunturais, culturais e sociais.

A indicação do engenheiro de portos e canais Colombo Salles para o cargo de governador em Santa Catarina faz parte de um contexto específico do período ditatorial e coaduna com a preferência da gestão Médici pela inserção de tecnólogos em postos estratégicos da administração pública brasileira, visto que dos 22 governadores indicados no ano de 1971, 12 eram políticos de carreira, 1 militar e 9 eram técnicos (6 engenheiros, 1 economista, 1 médico e 1 jurista). De acordo com Thomas Skidmore, tal proposta administrativa diferenciou o governo Médici dos demais governos militares desde a tomada do Estado em 1964. Enquanto os Ministérios anteriores foram formados, em sua grande maioria, por políticos profissionais e representantes dos interesses econômicos e sociais, o de Médici tomou uma feição distinta. Para o autor, o governo “afirmava ser um Estado elevando-se *acima* de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados”.¹⁵ Para Skidmore, seria esta postura *não política* o que mais agradava aos militares.¹⁶

¹⁵ SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**, 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.213.

¹⁶ Idem, *Ibidem*.

Todavia, este novo modelo de condução do aparelho estatal recebeu críticas por parte de membros da própria ARENA, sendo o período Médici marcado por uma série de tensões promovidas por novas dinâmicas entre governo e partido. Uma das consequências destas mudanças consistiu em uma tentativa por parte do Governo Federal de reformular a identidade da ARENA, inserido técnicos nos cargos de governador e aproximando-a de uma ideologia tecnocrática. A designação do Senador Filinto Muller (ARENA-MT) para presidir o partido a partir de março de 1972, e as tentativas deste de vincular a ARENA à Escola Superior de Guerra, também são exemplos dos planos que o alto escalão militar possuía para a ARENA e para a administração dos governos estaduais.¹⁷

Como iremos desenvolver no subcapítulo seguinte deste artigo, tais propostas dos militares para conduzir o seu partido de apoio e as administrações dos governos estaduais não foram bem recebidas por parte de muitos arenistas, inclusive pelas tradicionais lideranças das famílias Ramos e Konder-Bornhausen em Santa Catarina. Estes consideraram a presença de tais *técnicos* no partido e nas Secretarias estaduais como uma *intromissão indevida* e possuíam ressalvas a respeito da capacidade destes atuarem enquanto *políticos*. Contudo, no caso de Santa Catarina não somente a presença de Colombo Salles enquanto um *técnico* gerava controvérsias, mas nos primeiros anos de sua administração a sua agressiva retórica agravava as tensões entre Governador e lideranças estaduais da ARENA.

Antes de serem realizadas as eleições indiretas de 1970 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o então candidato Colombo Salles viajou e realizou comícios em diversos municípios catarinenses. Até então desconhecido por grande parte da população - devido ao fato de jamais ter se filiado a nenhum partido político ou se candidatado em qualquer eleição direta - o novo governador utilizou destes momentos para se apresentar aos catarinenses. Assim, em seus discursos podemos ver constantes referências positivas ao fato deste ser um engenheiro e não um *político*, sendo que os seus *saberes técnicos* viriam a ser utilizados com a finalidade de *modernizar* a administração estadual. Por exemplo, Salles afirmou o seguinte em discurso realizado na cidade de Rio do Sul em agosto de 1970:

Venho sazonado do convívio com as ciências exatas e mensuráveis. Na minha profissão, o resultado final de

¹⁷ Cf. GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

um projeto é sempre fruto da quantificação das fases componências e dos fatores ingerências dessas fases. Averiguados esses fatores ingerências, calculadas as fases componências, o projeto se rege, certamente, pelo comportamento previsto. Nem ações opinativas nem malabarismos verbais impedirão a efetivação de um projeto técnico, assim normalizado. (...) Nada disso é novo na administração privada nem no processo tecnológico. Mas até poucos anos atrás, era inusitado na administração pública. É tempo de trazer para este Estado esse espírito de conformação à realidade, de processamento gerencial e de previsão firmada na possibilidade averiguada. Já não se administra sofismando, nem se dirige a coisa pública com malabarismos e tergiversações verbais. Tal prática não nos levou ao progresso que merecíamos no setor econômico-social. Quando muito, enriqueceu, onde houve, o passado de episódios tristemente notórios e de feudalismos coloridos, preços altos demais às populações laboriosas.¹⁸

Nesta passagem do discurso de Salles destacamos quatro aspectos que consideramos essenciais em sua retórica e que se repetem em muitos dos seus discursos enquanto governador: 1) a caracterização pejorativa das gestões realizadas por *políticos* como isentas de planejamentos e que se valem de recursos como *malabarismos verbais* e *ações opinativas* – ou seja, *não técnicas* – que impedem o desenvolvimento; 2) as ações do seu *governo técnico* seriam previstas mediante cálculos e quantificações oriundas de *saberes científicos*, logo, menos propensas a *crises*, *desvios* ou *falhas*; 3) a defesa de uma gestão da máquina pública baseada na aproximação entre *governo* e *empresa*, inclusive ao que tange os métodos de gestão; 4) por fim, entende-se que ao seguir os passos anteriores o resultado seria o *progresso* no setor econômico-social, deixando para trás os *feudalismos coloridos* do passado. Como podemos observar, estão presentes em seus discursos diversos indícios de métodos e estratégias utilizadas pelo governador para legitimar a eficiência da sua nova gestão por meio de uma *ideologia tecnocrática*. Até mesmo à sua campanha de visitas aos municípios seria

¹⁸ SALLES, Colombo Machado. Discurso em Rio do Sul, em início de visitação às sedes das Micro-Regiões como candidato ao Governo – agosto/1970. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n.], vol.1, [197-], p.8.

negado o caráter de *ato político*. Em seus termos: “não faço uma campanha política; faço uma constatação do que ainda precisa ser feito”.¹⁹

Em discurso realizado em Florianópolis, o novo governador enfatizou o quanto o seu projeto e as suas medidas eram condizentes com as dinâmicas implementadas pelos militares pós-1964, cabendo também a ‘*revolução*’ extirpar os administradores infensos a *ética* e a *moral*. Como pode ser analisado no pronunciamento seguinte, por meio das próprias palavras de Salles, as suas prerrogativas *técnicas* dialogavam constantemente com medidas autoritárias e com concepções de *ética* e *moral* tipicamente originárias do pensamento conservador:

Não me juntarei àqueles que, laborando em erro crasso, anacrônicos com a mentalidade do nosso tempo e incoerentes com as lideranças do Brasil, creem poder ainda administrar a coisa pública sem a companhia íntima da ética e da moral. Estes, ainda que não o saibam, no Brasil de hoje, já não são administradores; são fósseis; ocupam provisoriamente e por engano, funções que não merecem; o limbo é o seu lugar e seu destino. Esta é a nova mentalidade que se radicou no Brasil desde março de 1964. Porque em 31 de março de 64 não houve, no Brasil, apenas um movimento militar bem sucedido; a partir de então houve uma revolução no País.²⁰

Dentre os discursos de Salles que tivemos contato nesta pesquisa, dois nos chamaram especial atenção por serem voltados aos seus companheiros de profissão: os engenheiros. O primeiro destes foi proferido em um jantar comemorativo do Dia do Engenheiro, no qual Salles afirmou que ao adentrar neste *novo território* – na política partidária – ainda seria a engenharia a sua *mentora* e a *conselheira*.²¹ Já o segundo, realizado na ocasião em que este foi patrono dos formandos em engenharia da turma de 1972 da Universidade Federal de Santa Catarina, destaca-se tanto pela leitura de Salles direcionada aos seus pares de profissão a respeito do que o

¹⁹ SALLES, Colombo Machado. Discurso em Canoinhas, em início de visitação às sedes das Micro-Regiões como candidato ao Governo – agosto/1970. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.22.

²⁰ SALLES, Colombo Machado. Discurso em Florianópolis, ao encerramento de visitação aos Municípios do Estado como candidato ao Governo – setembro/1970. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.50-51.

²¹ SALLES, Colombo Machado. Jantar comemorativo do Dia do Engenheiro – maio/1972. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.118.

governador percebia enquanto a *chamada do dever* destes para um setor em específico (o da administração de empresas e a administração pública, a qual deveria “ser focalizada por ele do ponto de vista empresarial”²²) quanto pela divisão proposta pelo governador em relação as *ciências opinativas* e as *cientificamente comprováveis através de técnicas específicas*. De acordo com Salles, a engenharia enquadrar-se-ia no segundo grupo, sendo que, devido aos seus parâmetros próprios, os engenheiros tenderiam a formar uma *mentalidade científica e metodológica* na qual a *opinião* ou as *tendências pessoais* deveriam ser constantemente colocados à prova mediante *comprovação cientificamente adquirida*, ou *asseguradamente corroborada pelos fatos*, e *pela própria repetição do método*. A construção da argumentação de Salles é conduzida para finalizar com a defesa de um modelo do papel que o engenheiro deveria desempenhar na administração pública. Em seus termos:

Tal comportamento intelectual transcende aos campos especificamente engenherísticos e passam a abranger toda e qualquer atividade a qual se define o engenheiro. Nesse comportamento intelectual, a opinião não comprovada, ou a assertiva apriorística, ou o resultado inesperado não tem lugar. Aplicado, este comportamento intelectual ao campo da administração, seja ela tipicamente empresarial ou pública, requererá ele do engenheiro, nessas funções, ou mesmo esquema de funcionalidade e comprobatório da atuação que dele se exige nas tarefas mais típicas de sua profissionalização, assim como dele se exigirá a existência de um modelo, consolidado em um plano, com seus múltiplos projetos e subprojetos, com predeterminações respectivas de prazos e das performances exigíveis para a consecução proposta.²³

A concepção de que os engenheiros ao trabalharem em cargos públicos deveriam administrá-los do ponto de vista empresarial possui relação com um aspecto central da concepção de administração de Salles e do seu plano de governo, o *Projeto Catarinense de Desenvolvimento*: o entrelaçamento entre *governo* e *empresa*, chegando a propor que em sua gestão “o Estado funcionará como agente catalizador das iniciativas

²² SALLES, Colombo Machado. Discurso como patrono dos Engenheiros turma/72 da Universidade Federal de Santa Catarina – dezembro/1972. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.2, [197-], p.13-15.

²³ Idem, *Ibidem*. p.15.

privadas”.²⁴ Em outra passagem de seu plano de governo, Salles elabora de forma mais aprofundada a questão:

O Projeto Catarinense exclui os antagonismos Governo-Empresa, de vez que entende que a Empresa e o Governo são sócios do mesmo empreendimento: o progresso, a prosperidade, o bem estar. O governo não será empecilho nem pretende executar diretamente nada que possa ser atribuído à Empresa. (...) Os egressos do sistema de formação, em nível superior ou médio, serão, por conseguinte, estimulados a se organizarem em empresas geradoras de emprego, difundido os seus conhecimentos de maneira sistemática e lucrativa (o que é mais importante).²⁵

Ao analisarmos o seu projeto de governo, podemos encontrar propostas de isenção fiscal para as empresas, políticas de crédito, expansão e diversificação do setor empresarial estadual e até mesmo parcerias com indústrias de outros países em busca de novas tecnologias para a *modernização* da iniciativa privada no Estado. Devemos frisar que para melhor compreendermos a conjuntura do plano de governo de Salles no campo da economia, temos que dialogá-lo com o contexto nacional e internacional.

Em relação ao contexto nacional, o próprio governador admitia a influência no seu projeto dos objetivos traçados pelo *Programa de Metas e Bases para a Ação* (1970) da gestão Médici, o qual foi desenvolvido sob a influência da perspectiva econômica do então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto.²⁶ Já sob o contexto internacional, com a recessão econômica e a crise de um modelo capitalista de desenvolvimento pautado no estado-interventor pós-segunda guerra e inspirado em ideais *keynesianos*, antigas propostas e métodos de autores como Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises passam a ser vistos como uma possível solução para os dilemas econômicos de muitos países, como a ditadura chilena do General Augusto

²⁴ SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). **Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974**. Florianópolis: [s.n.], 1971. p.34.

²⁵ Idem, *ibidem*. p.17

²⁶ Nos termos de Colombo Salles: “Há o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento. Tem que haver, portanto, um Projeto Catarinense. Estas duas frases eu as disse muitas vezes. Repito-as agora. O Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici, norteou, juntamente com as contribuições recolhidas nas micro-regiões homogêneas deste Estado, a elaboração final do Projeto Catarinense de Desenvolvimento”. Cf. Colombo Salles assume anunciando um novo código de fé. **O Estado**. Florianópolis, 16/03/1971, p.11

Pinochet em 1973, e futuramente a Inglaterra de Margaret Thatcher (1979-1990) e os Estados Unidos de Ronald Reagan (1981-1989).²⁷ Este movimento - autodenominado por adeptos desta perspectiva como *neoliberalismo* - entre tantas características, possui forte apelo a retórica da *neutralidade da técnica* para justificar que medidas como a diminuição da intervenção do Estado na economia, cortes fiscais nos gastos sociais para combate da inflação, privatizações e *financeirização* do capital seriam o único método possível para combater os dilemas da economia contemporânea, sendo outras perspectivas adjetivadas como *políticas* e isentas de credibilidade.²⁸

Por fim, com um discurso pautado por críticas a atuação dos *políticos* e um Secretariado formado em sua grande maioria por *tecnólogos*, a presença de Salles no mais alto cargo do Executivo estadual gerou profundas controvérsias e tensões, especialmente entre o novo governador e as elites locais. Tais divergências não eram apenas alimentadas pela agressiva retórica do novo governador em seus discursos, mas por objetivos e metas que constavam em seu plano de governo. Logo nas primeiras páginas do seu plano de governo constava uma das frases que mais gerou desconfiças em relação aos objetivos do governador, a de que “a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições”²⁹. Em outra passagem, o projeto de governo indicava que um dos obstáculos para o desenvolvimento do Estado era a *insuficiência* de suas elites por: desconhecimento da realidade em sua dimensão dinâmica, ausência de prospectiva, falta de grandeza e medo à renovação e à modernização das estruturas do Poder Público.³⁰ Em um Estado em que boa parte da política do século XX até aquele momento foi marcada pelo domínio de duas famílias, os Ramos e os Konder-Bornhausen - inclusive durante o período ditatorial iniciado com o golpe de 1964 – tais *planos* e objetivos do novo

²⁷ Para uma leitura histórica mais aprofundada a respeito do *neoliberalismo* Cf: ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23; HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista InterfaceEHS**, São Paulo, v.2, nº4, p.1-30, agosto de 2007.

²⁸ Tal característica da retórica neoliberal é abordada e debatida por Pierre Bourdieu no seu artigo *A essência do neoliberalismo*, escrito para o jornal *Le Monde* e publicado no mesmo em maio de 1998. O texto pode ser conferido na íntegra neste link: <https://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2013/08/23/pierre-bourdieu-a-essencia-do-neoliberalismo/>

²⁹ SANTA CATARINA. GOVERNADOR, op.cit, 1971. p.6

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.9-10.

governador não foram bem recebidos por parte dos seus correligionários da ARENA.

A recepção das elites políticas catarinenses

A gestão de Colombo Salles ficou marcada por disputas internas dentro da ARENA catarinense, sendo que esta dividiu-se entre *ala tradicional* e *ala renovadora*. A primeira foi composta por membros das famílias Ramos e Konder-Bornhausen que buscaram resistir as mudanças na composição do partido utilizando de diversas estratégias para se manter enquanto lideranças do mesmo. Já a segunda ala foi formada por Colombo Salles, o seu Secretariado e políticos que buscavam ampliar o seu espaço de influência dentro da ARENA com a possível perda de poder das tradicionais famílias. Os conflitos entre estes dois grupos foram inúmeros, gerando uma série de encontros e desencontros que somente seriam atenuados com a indicação do membro da família Konder-Bornhausen, Antônio Carlos Konder Reis, para o cargo de governador em 1975.

Ao pesquisarmos a respeito da recepção das elites políticas catarinenses em relação as ideias e projetos do governador Colombo Salles, uma das fontes que apresentou-se muito rica em possibilidades foram os periódicos, tanto à nível local quanto nacional. A *Revista Veja*, por exemplo, realizou uma cobertura muito particular deste conflito interno da ARENA catarinense, pois, embora o periódico tenha mantido um constante apoio ao governo Médici em suas páginas, podemos encontrar algumas críticas a forma como a ARENA estava sendo organizada durante este período, em especial a intervenção dos ditos *técnicos* dentro do partido.³¹ Este posicionamento pode ser percebido em uma reportagem especial a respeito de Santa Catarina intitulada *Arenogarquia?*, cujo tema principal era a disputa entre o novo governador e as tradicionais oligarquias, representadas enquanto *os valorosos Ramos* e *os briosos Konder*. A chamada da matéria merece atenção à parte, sendo esta reproduzida por completo a seguir:

Os velhos políticos são habitualmente céticos. Por isso, quando o governador de Santa Catarina, engenheiro

³¹ Tais críticas podem ser conferidas nas seguintes matérias: A nova federação. **Revista Veja**, São Paulo, p. 19, 17/03/1971; As cobaias resistentes. **Revista Veja**, São Paulo, p.22, 29/09/1971. Nesta última chega-se a afirmar que, para os políticos arenistas, os novos governadores com o perfil *técnico* “pareciam simples cobaias de uma ousada experiência política destinada ao fracasso e a terminar, como todas as experiências mal planejadas, com o fim – no caso, político – das cobaias”.

Colombo Salles, anunciou em seu Projeto de Desenvolvimento que *a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais*, nem a família Ramos, do ex-PSD, nem a dos Konder-Bornhausen da ex-UDN, se consideraram atingidas. Afinal de contas, elas não se consideram oligárquicas. Tolerantes, também não se irritaram quando o governador recrutou seus auxiliares entre técnicos equidistantes das duas famílias, hoje congregadas na comunidade arenista.³²

No decorrer da reportagem um *lance prosaico* é relatado: os quadros a óleo de membros das famílias Konder-Bornhausen e Ramos que haviam ocupado o governo do Estado foram retirados do gabinete civil do palácio Rosado e teriam sido levados ao porão.³³ Em outra passagem, registra-se que “mesmo depois de mais de meio século de poder político e de lutas memoráveis”, as duas famílias estariam enfrentando um impasse inédito: “fora do poder não tem sequer a ventura de exercitar o lugar-comum dos vencidos, dizendo que *oposição também é governo*, pois são da ARENA”.³⁴ Ao analisarmos os elementos que compõe a narrativa da reportagem, podemos observar que a mesma busca tanto rechaçar a pecha de *oligarquia* para tais famílias - devido a sua conotação negativa perante a opinião pública - tal como parte em defesa das famílias Ramos e Konder-Bornhausen no embate de forças com Salles; o qual é representado meramente como um *engenheiro* que estaria *provocando* tradicionais e legítimas forças políticas.

Ao que tange a imprensa local, Salles encontrou muitas resistências por parte dos dois maiores jornais catarinense do período, pois estes possuíam estreita vinculação com as tradicionais famílias da política catarinense e líderes arenistas: falamos do jornal *O Estado*, publicado em Florianópolis e de posse de Aderbal Ramos da Silva e do *Jornal de Santa Catarina* de Blumenau, com forte ligação a família Konder-Bornhausen.³⁵ Dentro deste quadro e deste contexto, um evento em especial marcou profundamente a relação entre o governador e estas famílias. No dia 5 de agosto de 1971, documentos apresentados por Colombo Salles ao presidente-militar Médici foram publicados no jornal *O Estado* de Santa Catarina. Nestes, Salles afirmou que “em Santa Catarina perduram as

³² Arenogarquia? **Revista Veja**, São Paulo, p. 20, 26/05/1971.

³³ Idem, *Ibidem*.

³⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁵ Para mais informações a respeito da história destes periódicos Cf: PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

divisões da Arena, o que pode comprometer o desejo de renovação e o aparecimento de novos líderes”.³⁶ Ao longo da reportagem, os documentos demonstrariam que Salles teria manifestado à disposição e o empenho de “assumir a responsabilidade de promover a renovação político-partidária, fazendo emergir novas lideranças, sobretudo da classe empresarial e dos jovens políticos não engajados aos esquemas tradicionais”.³⁷ O governador tomaria a iniciativa de chefiar um *Grupo de Consulta*, destinado a atuar em 12 micro-regiões do Estado com o fim de articular as ações políticas de renovação e fortalecimento partidário. Este grupo coordenaria as inscrições partidárias e as eleições dos Diretórios Municipais, sendo que os representantes oriundos destes últimos deveriam “refletir o interesse do Governador”.³⁸

Outro caso que demonstrou a desarmonia dentro da ARENA foi o da renúncia do Secretário de Governo Victor Fernando Sasse no dia 21 de dezembro de 1971. O motivo foi a repercussão de uma entrevista que o então Secretário cedeu para o jornal gaúcho *O Correio do Povo* no dia 20 de dezembro de 1971. Sasse afirmou que “o governo de Santa Catarina conseguiu contornar a crise política com as lideranças tradicionais, surgida após uma manifestação do Presidente da Assembleia, sem fazer quaisquer concessões de caráter político ou administrativo”.³⁹ O Secretário também chegou a enfatizar que o governo não abriria “concessões que proporcionassem às oligarquias maior participação e nem poderíamos abrir”.⁴⁰ Por fim, o mesmo causou constrangimento ao responder a respeito de um possível retorno dos militares aos quartéis, tendo dito não sentir a “ingerência dos militares no governo e na política. Talvez porque o Estado tenha apenas uma unidade naval e a Marinha seja normalmente mais retraída”.⁴¹

Como Secretário do Governo, Sasse era o representante direto de Salles no Rio Grande de Sul, e tais palavras de afronta às oligarquias tradicionais e uma possível alusão à intervenção da Marinha em questões políticas e administrativas não passaram despercebidas. Ao chegar em Florianópolis no dia posterior a sua entrevista, o secretário não resistiu às pressões e pediu a renúncia. Segundo Adolfo Ziguelli, então colunista do

³⁶ Colombo acusa Arena de divisionismo. **O Estado**. Florianópolis, 05/08/1971, p.1.

³⁷ Franqueza na audiência de Colombo com Médici. **O Estado**. Florianópolis, 05/08/1971, p.19

³⁸ Idem, *Ibidem*.

³⁹ ZIGUELLI, Adolfo. Secretariado, ponto final? **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 21/12/1971.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

⁴¹ Idem, *Ibidem*.

Jornal de Santa Catarina, o pecado capital de Victor Sasse foi “o entusiasmo quase juvenil” e sua “audácia em afrontar as lideranças tradicionais”. Em sua coluna o mesmo definiu nos seguintes termos o ocorrido com o Secretário:

Moço e idealista, o Secretário do Governo tinha pressa, como tem pressa todos os que vem abrir as perspectivas de uma ação positiva na vida pública. Minimizou, contudo, a importância e o legado da tradição política, mãos invisíveis que do fundo da história estendem a sua influência e seu magnetismo sobre as ações do presente. E sucumbiu ante os longos braços das lideranças tradicionais, nascidas e educadas para o desempenho da função política.⁴²

Posteriormente a sua renúncia, em entrevista cedida ao próprio *Jornal de Santa Catarina*, Sasse afirmou ter adotado medidas saneadoras baseadas no *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* que iam de encontro aos interesses das oligarquias políticas e que estas, ao serem contrariadas, passaram a obstaculizar as suas ações. O trecho mais crítico da entrevista é o qual Sasse acusa

(...) os grupos oligárquicos que se valem do passado político, glorioso, sem dúvida, desempenhado pelos partidos políticos, notadamente, os homens ligados ao PSD e UDN, para inteligentemente utilizá-los como instrumentos para a continuidade no uso de privilégios junto ao Governo. Este enfoque, caracterizadamente catarinense, faz do nosso Estado, um dos mais atrasados em política no contexto nacional.⁴³

O caso da renúncia de Victor Sasse evidencia os limites que as reformas políticas propostas no *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* encontravam ao tentarem ser implementadas e a necessidade de Colombo Salles em evitar confronto constante e direto com as poderosas e influentes famílias. Assim, em muitos casos, coube ao governador a manutenção de constante diálogo e negociação com políticos de ambas famílias, como o Senador Antônio Carlos Konder Reis, Jorge Konder Bornhausen e o

⁴² ZIGUELLI, Adolfo. A segunda queda. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/12/1971.

⁴³ Sasse explicando a sua saída do governo. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 9/02/1972.

Presidente do Diretório Estadual da ARENA, o deputado federal Renato Ramos da Silva.⁴⁴

As relações entre governo e oligarquias foram pautadas por aproximações e afastamentos, confrontos e negociações, sendo possível observar estas distintas movimentações mediante a análise das fontes oriundas da renúncia de Renato Ramos da Silva do cargo de Presidente do Diretório Regional do partido no mês de abril de 1973. Em uma sucinta e formal carta endereçada a Colombo Salles, Ramos da Silva justifica sua renúncia de forma muito discreta enquanto um “imperativo de consciência”.⁴⁵ Todavia, a situação interna do partido foi colocada de forma muito distinta por Jorge Konder Bornhausen em uma carta endereçada ao Diretório Nacional da Arena e datada do dia 25 de abril de 1973.

Em sua carta, Bornhausen traça um histórico dos conflitos internos do partido desde a indicação de Colombo Salles, enfatizando que “as lideranças estaduais, embora não houvessem convergido para o seu nome, por ocasião da visita do então Presidente Rondon Pacheco, fiéis aos postulados revolucionários, imediatamente manifestaram integral solidariedade” ao mesmo.⁴⁶ A narrativa traçada por Bornhausen busca promover uma visão negativa da administração de Salles. Por exemplo, quando este sustenta que, após a indicação do governador, a direção partidária não veio a ser convidada para “colaborar no programa administrativo, nem ouvida sobre o esquema político, tomando conhecimento das escolhas dos auxiliares, vários vindos de outros Estados, quando da efetivação das nomeações”.⁴⁷ Seguindo seu relato, Bornhausen enfatiza as discordâncias do seu setor em relação ao fato de Salles ter optado pelo nome do deputado estadual Nelson Pedrini para presidir a Assembleia Legislativa.⁴⁸ Nas palavras de Bornhausen:

⁴⁴ Podemos perceber exemplos destas estratégias de aproximação entre as duas alas nas seguintes reportagens: ZIGUELLI, Adolfo. Konder Reis e este encontro que deixou a casa em ordem. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/09/1971; Renovação sem erradicação. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 9/10/1971.

⁴⁵ Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV-RJ. **Arena**, microfilmes, pasta 6, p.586.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p.588.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.589.

⁴⁸ Não por acaso a pregação *anti-oligárquica* de Nelson Pedrini incomodava os setores *tradicionais* da ARENA. Em entrevista a *Rádio Joinville* no dia 5 de julho de 1971 o mesmo afirmou que “não podemos ter o nosso Estado como se fosse uma grande fazenda onde três milhões de catarinenses que lá vivem fossem três milhões de peões a receber ordens ditadas por quatro famílias que mandam na política desde 1930” e que não seriam “meia dúzia de lavadeiras de fundo de quintal” que fariam este se afastar de suas minhas diretrizes. Cf: PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles: o jogo da verdade**. Florianópolis: Insular, 2007. p.111

O primeiro ato de conotação política, às vésperas de sua posse, foi a indicação do Presidente da Assembleia [Nelson Pedrini]. (...) Apesar das ponderações sobre o risco da indicação, em razão das inúmeras manifestações de instabilidade emocional, que marcaram as atividades do aludido parlamentar, o futuro Chefe do Executivo manteve a decisão. Iniciado o novo período governamental, o Presidente da Assembleia começou em todo Estado uma campanha distorcida e injuriosa contra os políticos que em momento histórico uniram-se para a formação da Arena em Santa Catarina, imbuídos das ideias e postulados revolucionários. O movimento desagregador não sofreu qualquer contestação pública por parte do Governador, citado seguidamente pelo Deputado Nelson Pedrini como orientador da pregação que efetuava. Tendo o referido parlamentar repetido por diversas vezes referências desairosas a seus companheiros, especialmente àqueles que denominava pejorativamente de oligarcas, confundindo propositalmente os sacrifícios de vidas inteiras dedicadas à causa pública com oportunismo (...).⁴⁹

A carta de Jorge Bornhausen é encerrada com a proposição de soluções para os conflitos do partido como, por exemplo, que sejam realizadas “modificações nos quadros administrativos do Governo, com a participação da classe política” e uma “veiculação estreita entre partido e governo”. Por fim, o mesmo conclui sua carta apontando que

(...) a atuação do partido (...) foi sempre prejudicada pelo desconhecimento dos objetivos reais do Governador. Este é o clima atual da Arena Catarinense, que vive momentos difíceis pela desunião interna, pela falta de entrosamento com o Governo e às vésperas de uma eleição que não se apresentar, no momento, como das mais promissoras.⁵⁰

⁴⁹ Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV-RJ. **Arena**, microfílm, pasta 6, p.589-590.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*. p.592.

Estes conflitos seriam atenuados com a indicação de um membro da família Konder-Bornhausen para o cargo de governador do Estado de Santa Catarina para o quadriênio 1975-1979, o então Senador Antônio Carlos Konder Reis, sendo que este seria sucedido em 1979 por Jorge Konder Bornhausen. Desta forma, podemos perceber que o projeto de *renovação* da política estadual proposta por Colombo Machado Salles não obteve êxito em alterar a configuração das elites políticas do Estado.

Considerações Finais

As considerações desta pesquisa apontam para dois sentidos. O primeiro, de caráter teórico e metodológico, visa reforçar as múltiplas possibilidades da pesquisa histórica ao se analisar esta *tradição política* oriunda dos tecnólogos brasileiros. Ainda são poucas as pesquisas neste sentido, o que coloca os historiadores em uma posição ainda desprivilegiada em relação aos sociólogos, por exemplo. Se para Guilherme Estevam Martins o conceito de *tecnocracia* somente pode ser utilizado para definir uma sociedade na qual os *tecnólogos* de fato tomariam o poder e constituir-se-iam enquanto elite dominante, torna-se muito difícil constatar que isto tenha ocorrido em algum momento da história brasileira. Todavia, buscamos desenvolver ao longo deste trabalho a possibilidade de se trabalhar a partir de uma perspectiva histórica com este conceito enquanto uma ideologia que influenciou e moldou os projetos políticos de uma série de indivíduos do alto escalão burocrático brasileiro como Colombo Salles, cuja retórica primordial estava baseada em uma espécie de *utopia tecnocrática* na qual a sociedade seria melhor organizada – quase autogerida – pelos métodos da técnica e da ciência, isentos de conteúdo *político* e embebidos de uma suposta *neutralidade*.

Em segundo lugar, a experiência de Salles parece nos indicar também alguns dos limites encontrados pelos *tecnólogos* e militares ao longo do período ditatorial em implementar reformas nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Embora tenha contado com o respaldo do governo Médici, Colombo Salles não conseguiu angariar forças para ir adiante com as suas metas e objetivos e acabou perdendo no confronto com as oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen. Se para Fernando Henrique Cardoso durante a gestão Médici “o regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério”⁵¹, com a crise econômica de 1973, mesmo esta desejada legitimidade pela eficiência passou a ser

⁵¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.291.

posta em dúvida. Com o crescimento econômico de 1967-1973 demonstrando os seus limites e a derrota da ARENA nas eleições de 1974, o regime passou a enfrentar cada vez mais dificuldades para constituir sua legitimidade perante a opinião pública e muitos dos seus *tecnólogos* foram criticados pelos resultados *indesejados* na política e na economia. Todavia, muito além do seu legado enquanto *bodes expiatórios*, estes *tecnólogos* foram agentes históricos e peças fundamentais nos planos dos militares durante o período ditatorial, pois colocaram a disposição destes os seus serviços enquanto economistas, engenheiros, juristas (entre outros) legitimados pela *ciência* e pela *técnica*.